

Notas para problematizar a ética de si na educação do corpo: as aulas de Educação Física como território de disputas de gênero¹

RODRÍGUEZ, Norma Beatriz (Buenos Aires, Argentina)^{1*}

BUSTOS, Liliana (Buenos Aires, Argentina)^{2}**

¹Universidad Nacional de La Plata, Departamento de Educación Física, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación

²Escuela Remedios de Escalada de San Martín, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0250-1477>*

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9766-2614>**

Resumo

A criação da escola moderna aos finais do século XIX trouxe consigo uma disciplina que se ocupou da educação dos corpos. Foi nesse momento constitutivo em que se delimitaram as práticas corporais para homens: exercícios militares, força, virilidade, posturas; ao mesmo tempo que, para a educação dos corpos das mulheres, se esperavam: perfeição da feminilidade, dança, ginástica rítmica. É da perpetuação desses estereótipos de comportamentos nas aulas de Educação Física como conteúdo escolar que deriva a hipótese desta pesquisa: as aulas de Educação Física influenciam e condicionam diretamente as práticas culturais em relação à expressão de gênero reduzindo a condição de sexo ao que está inscrito na biologia do corpo. Como marco teórico, recorreu-se aos aportes teóricos da Teoria *Queer* e, por outro lado, analisaram-se as normativas vigentes para o Sistema Educativo Argentino tomando especialmente como referência a Lei de Educação Sexual Integral da Argentina. O trabalho de campo se realizou durante o ano de 2018 em duas escolas de nível primário de administração públicas situadas nas cidades de Almafuerde e Rio Terceiro do estado de Córdoba, Argentina.

Palavras-chave

Educação Física. Gênero. Construção cultural. Educação corporal.

Notes for problematizing the ethics of self in education: the class of Physical Education as a territory for gender disputes

Abstract

The creation of the modern school to finals of XIX century brought the formation of a discipline to educate the body. It was in that constitutive moment where practices were delimited for men: military exercises, force, virility, postures; while for women it was expected: perfection of femininity, dance, and rhythmic gymnastics. Of the perpetuation of this two types of stereotypes in the physical education class drift the hypothesis of this research present what is the direct and conditional influence of the cultural practices in relation to the gender expression is reduced to analysis regarding the sex condition read in code from what is biologically attributed. As a theoretical frame work we turn to the contributions of the *Queer Theory*, and on the other hand, we analyze current regulations for the Argentinian education system taking special reference in the law of integral

¹ Versão em português traduzida originalmente do inglês por Karla Angélica Silva do Nascimento.



sexual education of Argentina. The field work was done during the year 2018 in two primary-level public administration schools, located in the cities of Almafuerite and Rio Tercero, of the province of Córdoba, Argentina.

Keywords

Physical Education. Gender. Cultural construction. Body education.

Notas para problematizar la ética de sí en la educación del cuerpo: la clase de Educación Física como territorio de disputas de género

Resumen

La creación de la escuela moderna a finales del siglo XIX trajo consigo la formación de una disciplina ocupada de educar el cuerpo. Fue en ese momento constitutivo en donde se delimitaron las prácticas corporales para los hombres: ejercicios militares, fuerza, virilidad, posturas; mientras que para las mujeres se esperaban: perfección de la feminidad, danza, gimnasia rítmica. De la perpetuación de esos estereotipos en la clase de Educación Física deriva la hipótesis de esta investigación: la influencia directa y condicionada de las prácticas culturales en relación a la expresión de género queda reducida al análisis respecto de la condición de sexo leído en clave de lo que es biológicamente atribuido. Como marco teórico, se recurrió a los aportes de la Teoría *Queer* y, por otro lado, se analizaron las normativas vigentes para el Sistema Educativo Argentino tomando especial referencia en la Ley de Educación Sexual Integral de la Argentina. El trabajo de campo se realizó durante el año 2018 en dos escuelas de nivel primario de administración pública situadas en las ciudades de Almafuerite y Rio Tercero de la provincia de Córdoba, Argentina.

Palabras clave

Educación Física. Género. Construcción cultural. Educación del cuerpo.

1 Introdução

Nesta investigação, propusemo-nos a analisar os desafios da expressão de gênero nas aulas de Educação Física com crianças do ensino fundamental, como sujeitos da lei, sociais e emocionais, ou seja, repensar o ensino da Educação Física e também de gênero. Temos a hipótese neste artigo de que a influência direta e condicionada das práticas culturais em relação à expressão de gênero nas aulas de Educação Física se reduz à análise da condição de sexo biologicamente atribuída. Dessa forma, o poder dos elementos sociais opera nas aulas de Educação Física como um dispositivo biopolítico. No final do século XVIII, vemos algo aparecer que não é mais anatonomopolítico, mas:

[...] o que eu chamaria de biopolítica da espécie humana. Diferentemente da disciplina, que é direcionada ao corpo, essa nova técnica de poder não disciplinar é aplicada à vida dos homens e até se destina, por assim dizer, não ao homem/corpo, mas ao homem vivo, homem ser vivo; no limite, se você preferir, o homem/espécie. [...] Portanto, após um primeiro exercício de poder sobre o corpo que ocorre no modo de individualização, temos um segundo exercício de poder que não é individualizador, mas massificante, por assim dizer, que não é dirigido ao homem/corpo, mas ao homem/espécie. (FOUCAULT, 2006, p. 220, tradução nossa).

Em segundo lugar, avançaremos na questão de gênero e, nesse contexto, analisaremos os dispositivos biopolíticos que operam nos corpos em termos de gênero e sexualidade. A expressão de gênero é entendida como as formas de apresentação, comportamento ou interesses e afinidades que podem ser considerados femininos, masculinos ou a combinação de ambos, significando que a sociedade fornece, em relação direta ao papel de gênero (apropriado para um homem ou uma mulher), normas sociais ou comportamentais, o que é “esperado” de cada um em relação às normas e normatividades. Como referencial teórico, voltamos às contribuições da Teoria *Queer* e ao trabalho realizado por Michel Foucault, em particular, em seu terceiro momento.

Neste artigo, trabalhamos com a ideia proposta por um grande amigo de Foucault, o filósofo Gilles Deleuze. Para esse autor, no trabalho foucaultiano podemos identificar três dimensões, que respondem às crises pelas quais Foucault passou em sua vida: a do conhecimento, a do poder e a da subjetivação. Assim, essas três dimensões [...] constituem um modo de vida, uma figura estranha em três dimensões, bem como a maior filosofia moderna [...]. Essas três dimensões constituem a tríade da problematização da subjetividade em Foucault. (PICH; RODRÍGUEZ, 2014, p. 465, tradução nossa).

É nesse momento que nosso autor desenvolve o conceito de foco da experiência como o eixo articulador dos três conceitos. Os deslocamentos que ele empreende são em relação ao conhecimento, ao poder e ao sujeito que propõe a análise histórica das formas de veracidade; a análise histórica dos procedimentos de governamentalidade e a análise histórica da pragmática de si mesma e das formas adotadas por ela: essas eram as três formas de acesso por meio das quais tentava circunscrever um pouco a possibilidade de uma história do que poderíamos chamar “experiências”.

É necessário destacar sua contribuição em domínios como loucura, sexualidade, crime, etc., a partir da conexão que nosso autor chama de jogos da verdade e, como nas práticas humanas, o assunto é afetado por eles. Questões

pertinentes a, por exemplo, categorias como verdadeira, normal e aceita precisam ser interrogadas com base no método foucaultiano, isto é, como chegamos a pensar o que pensamos? Como essa noção é constituída como verdadeira? Por que associamos práticas corporais, uso corporal e teorias de gostos em relação ao sexo atribuído biologicamente?

Atualmente, os desenvolvimentos de Foucault estão na base da proliferação da Teoria *Queer*. Essa teoria desestabilizou a categoria sexo com base em fortes críticas contra a noção de identidade e natureza (BUTLER, 1999; NOUZEILLES, 2002). A tendência atual de entender identidades em termos fragmentários atrai a distinção clássica de sexo / gênero para o debate. (MARTÍNEZ, 2016, p. 77, tradução nossa).

Nesse sentido, estamos interessados em destacar como o sujeito é afetado pelos discursos “verdadeiros” e como esse *status* é concedido e como é que os desenvolvimentos da Teoria *Queer* nos dão uma constelação conceitual para analisar nosso objeto.

Queer pode ser traduzido como estranho, torto ou esquisito. Seu uso serviu como um insulto denegridor para sinalizar aqueles que são identificados fora do alcance da sexualidade hegemônica e normativa. No entanto, o termo foi ressignificado e apropriado em um sentido positivo, de modo que a posição marginalizada e excluída que designa o *queer* deixa de ser um local indesejado. (MARTÍNEZ, 2018, p. 177-178, tradução nossa).

A positividade da noção, em parte, não apenas ressignifica o conceito, mas também opera como o eixo articulador de um número infinito de perguntas sobre condições materiais, usos e costumes. A pesquisa que apresentamos nesse arcabouço é atravessada não apenas por tradições culturais, mas também pela conformação do campo disciplinar; devemos ver aqui a conexão da Educação Física com o campo do esporte, ginástica, *fitness*, etc.

Assim, as práticas culturais construíram dois gêneros, tendo matrizes biologicamente determinadas. A partir dos movimentos e da teoria feminista, outras realidades começam a ser contempladas, em que podemos ver além do que a sociedade construiu sobre nós e de nosso corpo. Esses sentidos são instilados pelas crianças, sendo desafiados pelas práticas sociais em geral e pelas pesquisas que desenvolvemos e que estão sendo desenvolvidas no campo e em áreas afins.

Isso implica uma interpelação específica às ordens institucionais de que o conhecimento dos corpos, identidades e subjetividades são arrogados; especialmente o médico, mas também o legal. Grupos afetados pelas definições normativas de gênero e sexualidade reivindicarão dissidência da norma, em vez de uma suposição liberal de diversidade. (CAMPAGNOLI, 2018, p. 4 *apud* FERRARI; RODRÍGUEZ, 2018, p. 2, tradução nossa).

Para tentar esclarecer essa hipótese, realizamos um trabalho de campo nas cidades de Rio Tercero e Almafuerde, na província de Córdoba, na Argentina, com crianças de 9 a 11 anos. Partindo das contribuições da pesquisa de gênero, sociedade e educação para os diversos, que não são “normais” ou “naturais”, segundo estereótipos sociais, realizamos um denso trabalho de campo que nos permitiu desenvolver categorias sociais e analíticas. Nesse sentido, avançamos em uma visão de gênero mais inclusiva, que considera o gênero como uma categoria de identidade, independentemente do sexo biológico.

O empoderamento dos “corpos desviantes” nos permitiu incluir categorias com relação ao assunto enquanto criamos *performances*. Assim, consideramos a possibilidade de diminuir o sexo da essência biologicamente atribuída.

O condicionamento do sexo biológico através do ‘ser’, com a criação de um discurso unidirecional, universal e binário [deriva de] uma norma imposta, onde o gênero está diretamente associado ao sexo biológico e uma norma de construção social, de papéis, relações (de diferenças e desigualdades entre homens e mulheres) de poder e submissão e identidade, a percepção subjetiva que um indivíduo tem sobre si mesmo, em termos de gênero, atravessado e reconstruído por componentes sociais como papel de gênero, estereótipos e expressão de gênero. (BUSTOS, 2018, p. 4, tradução nossa).

Essa referência faz parte de uma grande investigação que com Bustos realizamos durante os anos de 2017 e 2018 e que em parte os dados construídos nos permitem hoje analisar o ensino da educação do corpo atravessado pelas chaves biopolíticas.

2 Materiais e métodos

No tocante à investigação, levamos em conta as contribuições de Piovani (2007, p. 72, tradução nossa), quando afirma:

Nós o definimos [para pesquisar] [...] como um processo que envolve um conjunto de decisões e práticas (que, por sua vez, implicam a colocação em jogo de instrumentos conceituais e operacionais) pelos quais sabemos – o que pode significar descrever, analisar, explicar, entender ou interpretar algumas situações de interesse cuja definição e delimitação (ou construção) fazem parte das decisões que acabamos de mencionar.

Nesse contexto, foi realizado um trabalho de pesquisa sobre expressão de gênero nas aulas de Educação Física, utilizando métodos quantitativos e qualitativos, operando com diversas técnicas de pesquisa, tais como: grupo focal, entrevistas, observações de campo, pesquisas.

O trabalho foi realizado com dois cursos: 4º e 5º anos, com alunos de 9 a 11 anos, de duas escolas de administração pública de nível primário, localizadas nas cidades de Almafuerite e Rio Tercero, na província de Córdoba, durante 2018, com diferentes contextos socioculturais.

O condicionamento do sexo biológico por meio do “ser”, com a criação de um discurso unidirecional, universal e binário, foi discutido à luz dos discursos dos atores e permitiu desenvolver categorias de análise. Os dados obtidos foram triangulados usando as normas vigentes para a educação básica em administração pública como fontes primárias.

3 Resultados e discussão

Primeiro as categorias que foram consideradas para as pesquisas como referência foram: esportes, brinquedos e cores. Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa que foi administrada a 14 meninos e 11 meninas, número que também esteve sujeita ao interesse de participação e às correspondentes autorizações legais, uma vez que eram menores de idade. Os três conceitos, de acordo com a classificação concedida pelas práticas culturais como dispositivo biopolítico, representam limites definidos para meninos, meninas ou “adequados” para ambos. Descartou-se a perspectiva de que *esportes, brinquedos e cores não têm gênero*, haja vista a presença da ideia patriarcal profundamente enraizada que mantém o controle nos pátios das escolas, no entretenimento e nas preferências das crianças.

No caso de esportes que não praticavam, houve uma coincidência majoritária, justificando suas escolhas atribuindo um determinado gênero, além de cores. “*Eu não gosto de rosa porque é para menina*”. “*Eu não gosto de futebol porque é para menino*”. Acompanhando sua explicação, com o impedimento de acessar uma certa opção, por elementos culturais, principalmente por seu núcleo primitivo: a família. Notamos que as meninas não associaram as cores a um gênero específico; mas sim os meninos em sua maioria.

Na categoria brinquedos, não houve grandes porcentagens de respostas associadas ao gênero. As eleições foram baseadas na maturidade que o participante possui para sua manipulação, na própria diversão que gera e na necessidade de entretenimento tecnológico para se divertir jogando.

Em relação às entrevistas, observações de campo e grupo focal, conseguimos interpretar que existe uma norma imposta, em que o gênero está diretamente associado ao sexo atribuído biologicamente, bem como uma norma de construção social, de papéis, relações (de diferenças e desigualdades entre homens e mulheres) de poder, submissão e identidade, sendo a percepção subjetiva que um indivíduo tem sobre si mesmo, em termos de gênero, atravessada e reconstruída por componentes sociais como gênero, estereótipos e expressão de gênero.

Há uma concentração energética da execução automática de conteúdos e habilidades e um prejuízo para a construção de autonomia e autoestima por meio das interações e conotações que classificam (que exigem) a masculinidade, levando com “normalidade” que a autoridade é o sexo masculino e que a mulher permanece na posição de subordinação e submissão. Há uma estigmatização da prática esportiva feminina. Enfim, estereótipos, preconceitos, funções sociais por pertencer ao grupo social masculino ou feminino, limitando a capacidade de desenvolver suas habilidades pessoais (normas: futebol-masculino; vôlei-feminino) e a biopolítica do esporte.

As práticas mobilizadas pelas emoções, em que expressam o que sentem, manifestam os vínculos que foram construídos por elementos culturais. As regularidades dos usos do corpo produzem e reproduzem a inquietação e a desigualdade. Estigmatizados pela expressão de gênero em sua espontaneidade: os estereótipos de masculinização com os quais o sexo masculino é pressionado.

Quanto às relações entre pares (alunos) no desenvolvimento das aulas de Educação Física (prática), foi possível identificar que entre os dois sexos a dominância é masculina. Os meninos identificam as meninas como sexo fraco e a si mesmos como sexo forte, o que reflete estereótipos de feminilidade e masculinidade. Há uma submissão do sexo feminino ante os regulamentos masculinos impostos. Em nível discursivo e de construção por meio do debate e do pensamento, tomando esportes, brinquedos e cores como categorias, também foi possível identificar que o estereótipo mais evidente era a associação do esporte a um gênero específico, por exemplo: futebol, masculinidade. As crianças atribuem diferenças e desigualdades às influências culturais; ao núcleo familiar em primeiro lugar e à escola em segundo lugar. Eles manifestam um problema comum de obstrução dos desejos dos sujeitos (como a escolha de um esporte) por elementos culturais de seu núcleo familiar.

Por outro lado, as cores foram apresentadas como o segundo estereótipo, de acordo com a relevância de associação por parte das crianças entre elas (as cores) e determinado gênero. A cor rósea é das meninas e a cor azul é dos meninos. No tocante à linguagem, eles usam termos com conotações negativas: “mulher-homem”, “bicha” (que remonta ao início da Teoria *Queer*), de acordo com o esporte que preferem, com os comportamentos e a maneira de se expressar. Os discursos (grupo focal) são inclusivos, mas as práticas ainda são dominadas pelo binarismo universal.

A Teoria *Queer* foi influenciada pelas contribuições do pós-estruturalismo e da psicanálise que se referem à identidade, sexualidade e ao papel do simbólico em sua construção. Os primeiros trabalhos nele foram influenciados pelos trabalhos de Michel Foucault (2008a, 2008b), Judith Butler (2007), Eve Kosofsky Sedgwick (1998) e Gayle Rubin (1989). O foco estava na desconstrução, desmantelamento e desafio da heterossexualidade hegemônica que permeia os arranjos culturais atuais e articula todo o espectro de expressões e desejos sexuais e inclui identidades sexuais dominantes e marginalizadas. (MARTÍNEZ, 2018, p. 179, tradução nossa).

Essa teoria também operou no campo educacional e, como mencionamos, foi operacionalizada no desenvolvimento de disposições, regulamentos e leis que quebram e tensionam as tradições operacionais. Por esse motivo, as entrevistas com professores e professoras, por um lado, tentaram investigar as representações, mas principalmente buscar informações sobre a aplicação da Educação Sexual Integral (ESI).

A Lei Nacional nº 26.150 (ESI) foi aprovada na Argentina em 4 de outubro de 2006, que estabelece:

[...] todos os estudantes têm o direito de receber educação sexual abrangente de estabelecimentos de ensino públicos, estaduais e privados na cidade nacional, provincial, autônoma de Buenos Aires e nas jurisdições municipais. Criação e objetivos do referido programa. (Tradução nossa).

A referida lei se destina a estudantes do nível inicial ao nível mais alto de formação de professores não universitários e ensino técnico (artigo 4º). Aderir, além do artigo 1º, à articulação de aspectos biológicos, psicológicos, sociais, éticos e emocionais. Podemos demonstrar uma visão sobre o assunto de maneira totalizante, que se desenvolve nas experiências e experiências, uma construção dos referidos aspectos detalhados acima, a partir do conhecimento, cruzados na execução dentro das instituições de ensino, pelo poder que gerencia os conteúdos, da ignorância e dos acordos heteronormativos (apenas) hegemônicos dualísticos, atentos à abordagem abrangente da lei, que aponta para além de uma perspectiva biológica.

Contemplando a idade dos alunos, foram propostos conteúdos que permitiam uma compreensão mais inclusiva e respeitosa da sociedade e a convivência de sujeitos e colegas. Alguns desses conteúdos foram: diferentes formas de organização, respeito à privacidade de alguém e de outros, prevenção de abuso sexual, relações de gênero entre homens e mulheres, respeito à diversidade de identidades e necessidade de lutar contra discriminações e estereótipos, igualdade no sentido político, entre outros.

Os acordos ou limitações que os professores devem fazer com pais e mães para poderem cumprir a referida lei, por sua vez, deixam a responsabilidade que temos sobre os alunos ao longo do caminho, o que destaca o artigo 1º, em continuidade e cumprimento das leis que mostram proteção através da educação, como a Lei nº 25.673, sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Sexual e Procriação Responsável, a Lei nº 23.849, sobre a Ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres com patente institucional, Lei nº 26.061, de Proteção Integral dos Direitos das Meninas, Crianças e Adolescentes, e as leis gerais de educação da Nação, além de neutralizar muitos dos objetivos propostos, desenvolvidos no artigo 3º, que deixam uma “verdade” e um conhecimento que não podem ser

transmitidos. Ou seja, é transmitida uma “verdade” subjetiva, que não garantiria a natureza obrigatória sujeita ao artigo 5º da ESI.

As coincidências dos entrevistados são destacadas em referência às possibilidades e limitações para abordá-la. Eles mostram um reconhecimento da importância da abordagem ESI nas escolas e reconhecem que a execução do conteúdo é um assunto tabu; portanto, eles devem fazer um consenso prévio entre os professores e o núcleo familiar para abordar esses conteúdos (de uma perspectiva dualista: homem/mulher), que os proteja de futuros inconvenientes ou distúrbios sociais. Os elementos culturais geram resistência ao progresso da inclusão e da igualdade social, respeito e apreço pelo diferente. Desde a entrada do ESI nos estabelecimentos de ensino, foi gerado um movimento social de um setor da comunidade que marcha sob o lema “Com meus filhos não se envolva”, em que a infância é considerada propriedade das famílias, sendo-lhe negadas informações selecionadas e aprovadas por uma equipe de profissionais adequados para o desenvolvimento da lei. A partir da educação, procuramos colocar em prática um papel pedagógico com o núcleo familiar, mas, sob esse discurso de estrita distribuição de conteúdos a que os professores são forçados, também são deixados de lado aqueles que recebem e confiam na integridade dessa lei e seu exercício.

Ao trabalhar com grupos mistos, em ambos os estabelecimentos de ensino, observamos que, dentro do currículo oculto, as relações de gênero entre homens e mulheres, uma vez que as atividades são realizadas coletivamente. O trabalho dos professores é árduo, pois meninos e meninas, principalmente meninos, carregam preconceitos, estereótipos e mandatos culturais que se transferem para as aulas de Educação Física e que, sem o apoio acadêmico do núcleo familiar, são tópicos enfrentados com muita tensão por instituições educacionais.

4 Conclusões

Por meio desta pesquisa, conseguimos reafirmar e testar nossa hipótese: a influência das práticas culturais na expressão de gênero é regulatória. Manifesta, como mencionamos anteriormente, uma intenção discursiva da evolução, mas no campo da prática mostra que ainda há muito a fazer. Como atores influentes, os professores são

mencionados; em casos menores, os pares de meninos e meninas; e, como principal gatilho, o núcleo familiar, em que os sujeitos constroem suas realidades com seus estereótipos e preconceitos daquilo que entendem ou interpretam como “normal” para depositá-lo em locais de interação comum, como a escola ou o *playground* da Educação Física. Aquelas escolas que não apoiam esse mandato cultural será a futura *Queer School*? Elas podem ser entendidas como as “escolas marginais”, que permitem a tentativa arriscada de colocar em prática e fazer uso do direito a uma educação sexual integral, constantemente monitorada por pressão social e pelos mandatos culturais do binarismo e da heteronormatividade, além de observar na prática de campo os qualificadores carregados com conotações negativas àqueles que não estão dentro dos acordos, um tanto arbitrários, do que é esperado de acordo com seu sexo biológico, em relação a comportamentos, maneira de conversa, preferências, expressão de gênero.

Dentro das escolas, há um discurso premeditado, com intenções de evolução, que não combina ideias (implantadas) e práticas. A sociedade está em permanente vigilância, na qual o outro deve permanecer no “exame da vida”, que demonstra ou reprime as expressões do “ser” para permanecer em um comportamento apropriado, adequado e “normal”². Quando problematizamos o sujeito, observamos uma proeminência em um discurso sobre o ser masculino ou feminino, uma questão que não é identificada com afirmações discursivas.

Por fim, acreditamos que esta pesquisa possa ser estendida a amostras maiores, bem como desenvolvida em outros contextos sociais, a fim de estabelecer linhas comuns e diferenciadas em torno dos estereótipos subjacentes às aulas de Educação Física e principalmente ao lugar dos professores, em comparação com os grupos de estudantes. É a partir daí que nossa proposta desafia o ensino da Educação Física tradicional, subordinado a teorias que operam a partir do discurso das ciências biológicas, que constroem, a partir daí, discursos sobre o corpo e as práticas corporais que encontram seus limites em sua própria matriz constitutiva. Nosso desafio é contribuir para uma educação do corpo que tome como referência outros construtos teóricos, como as

² “O exame é, na atual terminologia pedagógica e formativa, projetado para conduzir um comportamento prudente” (BALL, 1993, p. 43, tradução nossa).

contribuições que apontamos, às quais podemos acrescentar as investigações realizadas por Michel Foucault, especialmente em seu terceiro momento.

Entendemos que a última dimensão foucaultiana nos apresenta valiosas ferramentas teóricas para questionar a tradição educacional, porque o problema da verdade está situado em outro lugar. [...] Esse aspecto nos remete à relação pedagógica da escola moderna [...] e que pressupõe o professor como sujeito que medeia o desenvolvimento/apropriação/construção/mobilização de operações cognitivas, e que passa a ser visto como um sujeito que guia e conduz o processo de criação ética de si mesmo pelo sujeito aprendiz e que mantém com ele uma relação de comprometimento e envolvimento. (PICH; RODRÍGUEZ, 2014, p. 465, tradução nossa).

Em resumo, a pesquisa realizada nos permite analisar, por um lado, como as questões discursivas operam na dinâmica escolar, sendo mais difícil de visualizar nas práticas corporais. Nesse sentido, as contribuições de Foucault em relação à autoética também permitem supor o “mestre do corpo” como mediador que permite a criação de uma ética do eu, que, ligada às formas de governo, pode ser revelada, podendo operar com teorias que vão além dos regulamentos impostos pelo discurso biológico que reduz o corpo a uma substância material.

5 Referências

AA.VV. *Ley de Educación Sexual Integral nº 26.150*. Honorable Congreso de la Nación Argentina, 4 oct. 2006.

BALL, S. J. *Foucault y la educación*. Disciplinas del saber. Madrid: Morata, 1993.

BUSTOS, L. Entre el rosa y el azul: desafíos de la expresión de género en las clases de Educación Física. In: CONGRESO ARGENTINO DE EDUCACIÓN FÍSICA Y CIENCIAS, 13., 2019, Ensenada. *Actas...* Ensenada: Universidad Nacional de La Plata, 2019. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/86617>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BUTLER, J. *El género en disputa*. Barcelona: Paidós, 2007.

FEMENÍAS, M. L. *Trascender*. Bases teóricas en Derechos Humanos. Estado y Perspectiva de Género. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kcvkeh9_imw. Acesso em: 10 out. 2019.

FERRARI, C.; RODRÍGUEZ, N. La Educación del cuerpo en la escuela: una lectura en clave de género. In: CONGRESO ARGENTINO DE EDUCACIÓN FÍSICA Y CIENCIAS, 13., 2019, Ensenada. *Actas...* Ensenada: Universidad Nacional de La Plata, 2019.

Disponível em: http://congresoeducacionfisica.fahce.unlp.edu.ar/13oca-y-8o-la-efyc/actas/mesa15_ferrari_%20la%20educacion.pdf/view. Acesso em: 20 mar. 2020.

FOUCAULT, M. *Defender la sociedad*: curso en el Collège de France (1975-1976). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

FOUCAULT, M. *El gobierno de sí y de los otros*: curso en el Collège de France. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

IRIGARAY, L. *Ese sexo que no es uno*. Madrid: Akal. 2009.

MARTÍNEZ, A. Cuerpo y poder. Impacto del pensamiento de Michel Foucault en el feminismo norteamericano de finales del Siglo XX. In: RODRÍGUEZ, N. B.; VIAFARA SANDOVAL, H. (Org.). *Michel Foucault, treinta años después*: aportes para pensar el problema del cuerpo y la educación. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016. p. 76-86.

MARTÍNEZ, A. *Identidad y cuerpo en la trama del sujeto sexo-generizado*: del psicoanálisis norteamericano a Judith Butler. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2018.

MELICCI, A. *L'invenzione del presente*. Bolonia: I1 Mulino. 1982.

PICH, S.; RODRÍGUEZ, N. Los cuerpos de Foucault: una genealogía de los estudios foucaultianos en el campo de académico de la Educación Física en Brasil y en la Argentina. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 453-467, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092014000300453&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 20 mar. 2020.

PIOVANI, J. El diseño de la investigación. In: MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J. (Org.). *Metodología de las ciencias sociales*. Buenos Aires: Emecé, 2007. p. 71-85.

Norma Beatriz Rodríguez (Buenos Aires, Argentina)
Universidad Nacional de La Plata, Departamento de Educación Física,
Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación

Mestre em Educação Corporal pela UNLP. Professora associada de Teoria da Educação Física 4, Departamento de Educação Física, Centro Interdisciplinar de Corpo de Educação e Sociedade (CICES). Instituto de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Contribuição de autoria: Colaborou com as discussões a respeito dos estudos sobre a educação do corpo na relação da disputa de gênero e particularmente nas teorias feministas. Discutiu como o trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a educação do corpo na escola.

E-mail: nbrodri@gmail.com.

Liliana Bustos (Buenos Aires, Argentina)

**Escuela Remedios de Escalada de San Martín,
Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación**

Bacharel em Educação Física pela UNLP. Departamento de Educação Física, Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da UNLP. Professora da Escola de Remédios para Escalada de San Martín, Almafuerde, Argentina.

Contribuição de autoria: Responsável pelo aporte que referente ao trabalho de campo, elaboração de categorias sociais e analíticas. Discutiui como se dão os entendimentos no âmbito da teoria *queer* e das contribuições das epistemologias feministas.

E-mail: lilo.palito@gmail.com.

Editor responsável: Alfrâncio Ferreira Dias

Pareceristas *ad hoc*: Cristine Brandenburg e Antonio Luiz de Oliveira Barreto



Recebido em 06 de janeiro de 2020.

Aceito em 23 de janeiro de 2020.

